



Handwritten signatures and initials

**PRESTAÇÃO DE
CONTAS**

2022

**ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE
LISBOA - APCL**

www.apcl.org.pt



Handwritten initials and signatures in blue ink.



ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO DAS CONTAS	1-3
1.1.	ANÁLISE GLOBAL DOS RESULTADOS	1-3
1.2.	ANÁLISE DOS RENDIMENTOS	1-4
1.2.1.	<i>Serviços prestados</i>	1-6
1.2.2.	<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>	1-7
1.2.3.	<i>Outros rendimentos</i>	1-8
1.3.	ANÁLISE DOS GASTOS	1-9
1.3.1.	<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	1-12
1.3.2.	<i>Gastos com pessoal</i>	1-13
1.3.3.	<i>Depreciações e amortizações</i>	1-14
1.3.4.	<i>Outros gastos</i>	1-15
1.3.5.	<i>Gastos com financiamento</i>	1-16
1.4.	FINANCIAMENTO	1-16
1.5.	ESTADO	1-17
1.6.	ANÁLISE DOS RÁCIOS DE DESEMPENHO	1-18
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-20
	ANEXOS E NOTAS EXPLICATIVAS	2-25
3.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	2-26

1. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

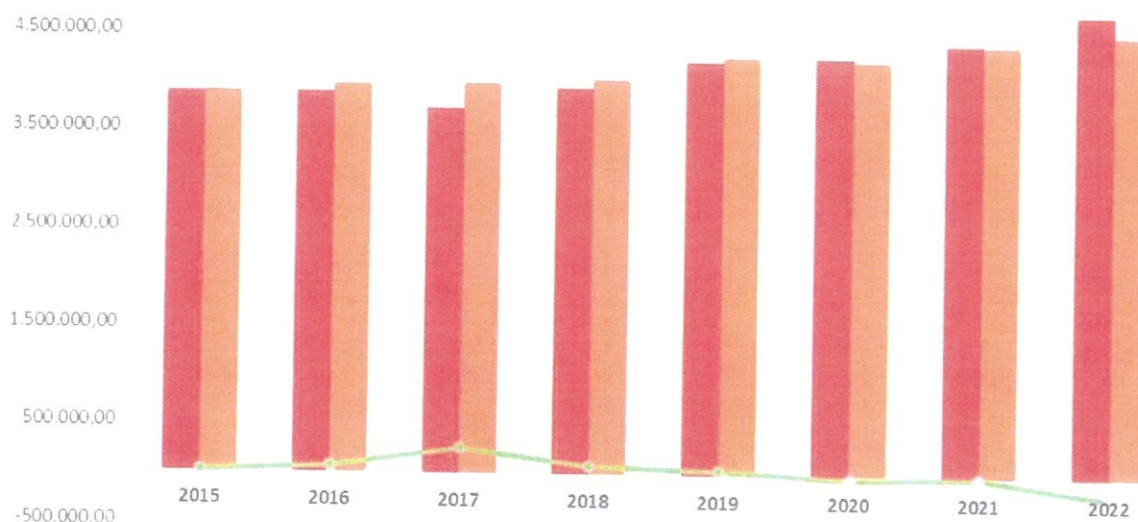
1.1. Análise global dos resultados

A APCL apresenta no exercício de 2022 um resultado líquido (RL) negativo de 247.126,72€, o que representa um agravamento em relação ao RL de 2021 (-11.731,55€).

Este agravamento deveu-se ao aumento de 8% nos Gastos, que superou o aumento de 2% nos Rendimentos.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total gastos	3.862.956,04	3.883.164,42	3.721.887,32	3.939.847,38	4.212.203,54	4.262.204,19	4.408.119,51	4.747.466,85
Total rendimentos	3.877.315,55	3.951.949,00	3.977.881,79	4.024.046,66	4.254.499,46	4.229.257,15	4.396.387,96	4.500.340,13
Resultado líquido do período	14.359,51	68.784,58	255.994,47	84.199,28	42.295,92	-32.947,04	-11.731,55	-247.126,72

Rendimentos, Gastos e Resultado Líquido



AL
K
2022
AP

2022 | Prestação de contas



1.2. Análise dos rendimentos

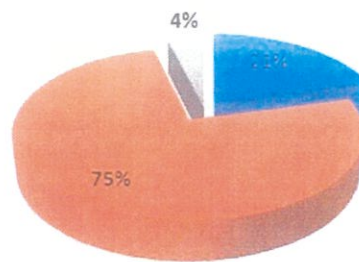
Os rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu recebimento.

À semelhança dos anos anteriores, os rendimentos provenientes de “Subsídios à exploração” representam a maior fatia no total de rendimentos da APCL no ano 2022 (75%).

Os “Subsídios à exploração” incluem as seguintes rubricas:

- participações do Instituto de Segurança Social (ISS) relativas aos acordos de cooperação para Lar Residencial, Residências Autónomas, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Creche, Serviço de Apoio Domiciliário, bem como outros subsídios de carácter eventual ou para compensação do impacto provocado da pandemia COVID;
- participações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativas aos cursos lecionados no Espaço 7 Ofícios;
- subsídios das autarquias para apoio ao desenvolvimento de atividades regulares, bem como investimentos;
- apoios do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) no âmbito das candidaturas aprovadas no Programa Nacional de Financiamento a Projetos;
- géneros doados pelo Banco Alimentar;
- donativos de empresas e particulares.

Rendimentos 2022

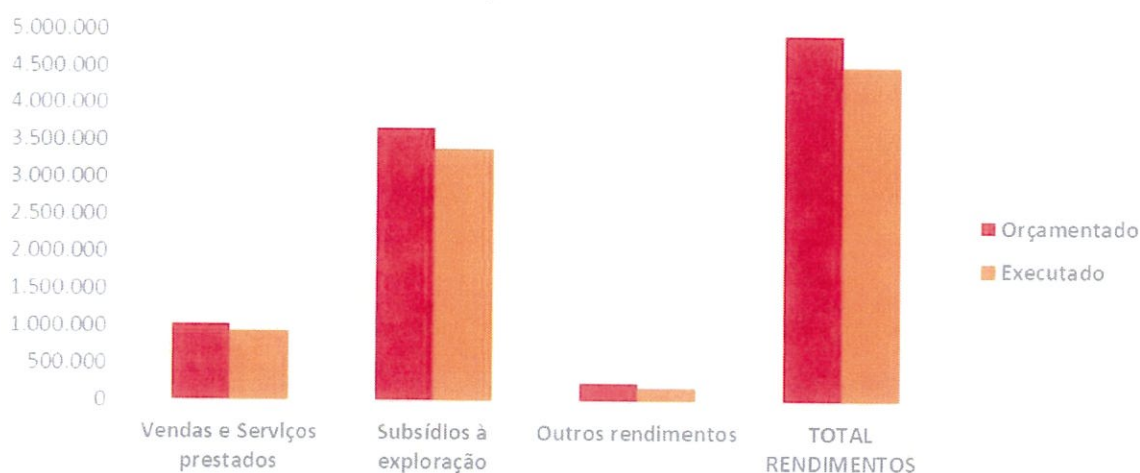


■ Vendas e Serviços prestados ■ Subsídios à exploração ■ Outros rendimentos

Na comparação com o valor previsto no Orçamento de 2022, registou-se um desvio negativo de 9%, o que representa que os rendimentos totais registados em 2022 ficaram aquém dos rendimentos previstos no Orçamento de 2022. O valor do desvio total foi de -435.559,87€.

RENDIMENTOS 2022: COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO E O VALOR REAL		
Rubricas	Orçamento	Real
Vendas e Serviços prestados	1 025 820,00€	926 510,15€
Subsídios à exploração	3 672 120,00€	3 394 415,30€
Outros rendimentos	237 960,00€	179 414,68€
TOTAL	4 935 900,00€	4 500 340,13€

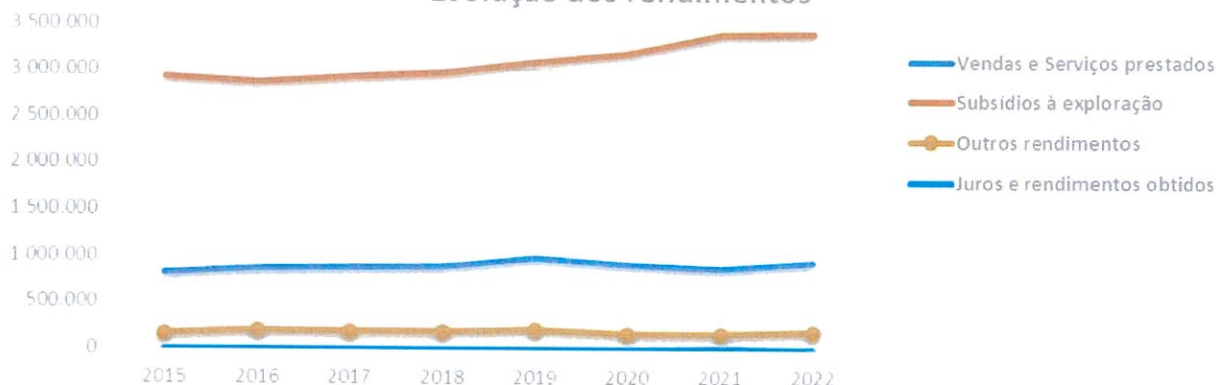
Orçamento vs Real



EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS: 2015 – 2022								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vendas e Serviços prestados	808 437,46	853 799,53	872 938,30	874 544,41	967 568,16	898 354,28	857 485,43	926 510,15
Subsídios à exploração	2 916 969,55	2 869 333,75	2 923 790,41	2 971 133,41	3 082 344,50	3 175 749,19	3 378 342,80	3 394 415,30
Outros rendimentos	151 908,54	196 565,72	181 153,08	178 368,84	204 586,80	155 153,68	160 502,81	179 414,68
Juros e rend. obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,92	0,00
TOTAL	3 877 315,55	3 951 949,00	3 977 881,79	4 024 046,66	4 254 499,46	4 229 257,15	4 396 387,96	4 500 340,13

AL

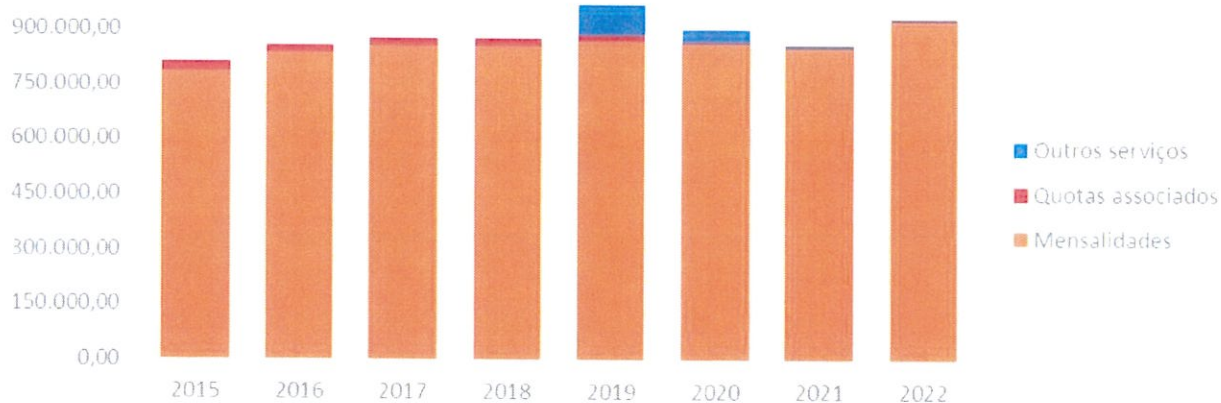
Evolução dos rendimentos



1.2.1. Vendas e Serviços prestados

SERVIÇOS PRESTADOS								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Mensalidades	784 962,09	833 742,53	853 039,30	854 879,41	868 709,07	861 675,35	848 676,62	921 854,26
Quotas associados	23 475,37	20 057,00	19 899,00	19 665,00	14 725,02	2 440,00	2 670,00	2 532,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	84 134,07	34 238,93	6 138,81	2 123,89
TOTAL	808 437,46	853 799,53	872 938,30	874 544,41	967 568,16	898 354,28	857 485,43	926 510,15

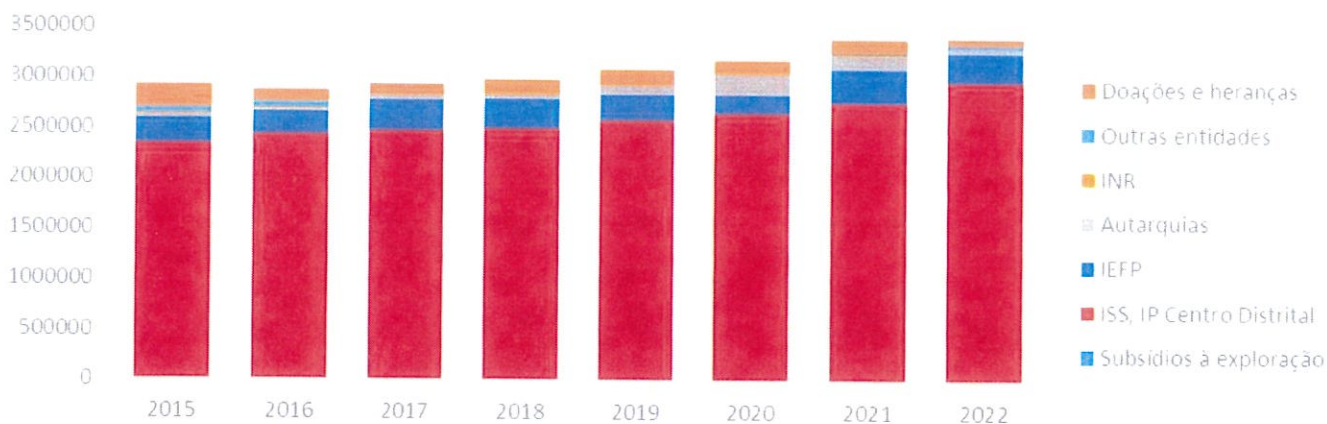
Vendas e Serviços prestados



1.2.2. Subsídios, doações e legados à exploração

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ISS, IP Centro Distrital	2 333 846,56	2 436 214,51	2 468 087,16	2 496 398,43	2 574 198,14	2 646 686,74	2 749 002,34	2 958 528,57
IEFP	248 264,85	213 450,33	300 910,46	286 826,08	254 789,55	179 237,58	338 338,78	290 428,72
Autarquias	40 332,70	32 099,89	50 401,28	47 699,40	90 504,06	221 097,36	139 926,40	45 884,81
INR	6 315,49	11 132,62	8 775,68	19 736,54	18 781,99	15 921,50	14 849,52	5 712,78
Outras entidades	58 780,47	54 567,00	1 831,20	0,00	3 021,15	5 704,00	5 998,40	29 175,39
Doações e heranças	229 429,48	121 869,40	93 784,63	120 472,96	141 049,61	107 102,01	130 227,36	64 685,03
TOTAL	2 916 969,55	2 869 333,75	2 923 790,41	2 971 133,41	3 082 344,50	3 175 749,19	3 378 342,80	3 394 415,30

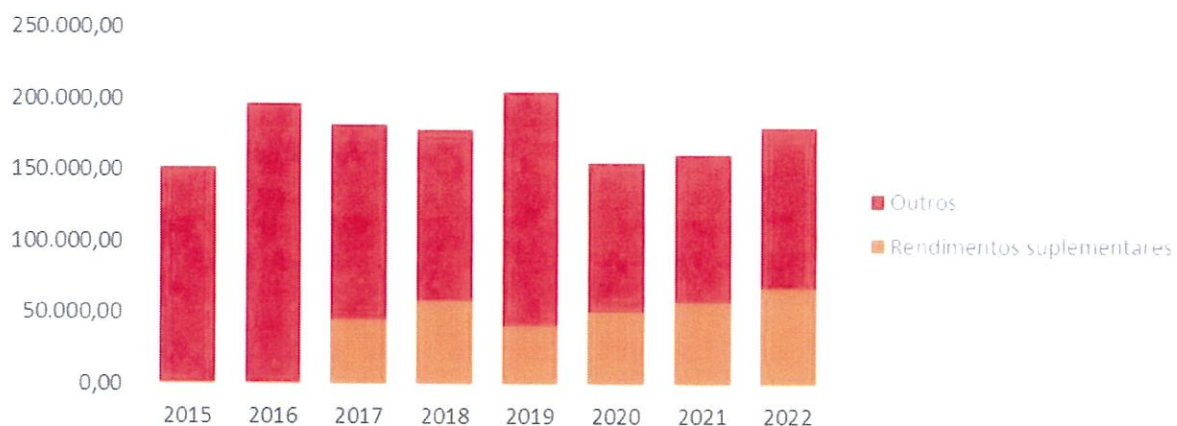
Subsídios à exploração



1.2.3. Outros rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS								
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Rend. suplementares	904,36	1 229,39	44 974,68	58 016,12	41 248,57	51 244,05	57 326,54	67 165,29
Outros	151 004,18	195 336,33	136 178,40	120 352,72	163 338,23	103 909,63	103 176,27	112 249,39
TOTAL	151 908,54	196 565,72	181 153,08	178 368,84	204 586,80	155 153,68	160 502,81	179 414,68

Outros rendimentos



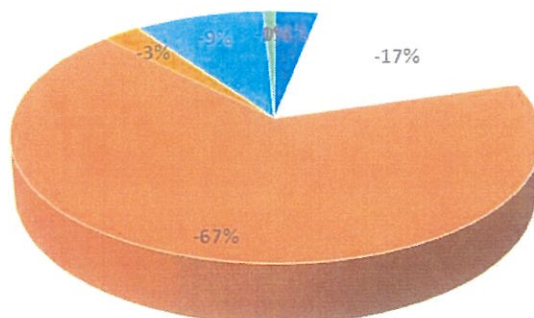
1.3. Análise dos gastos

Os gastos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu pagamento.

À semelhança dos anos anteriores, os “Gastos com pessoal” são a componente mais importante no total de gastos da APCL no ano 2022 (67%). Os “Gastos com pessoal” incluem as seguintes rubricas:

- remunerações, que incluem vencimentos base, diuturnidades, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal, bem como outros complementos tais como subsídios de turno e isenção de horário;
- indemnizações;
- encargos sobre as remunerações, nomeadamente a Taxa Social Única;
- seguros de acidentes de trabalho;
- medicina e higiene no trabalho;
- formação profissional;
- outras despesas como vestuário.

Gastos 2022

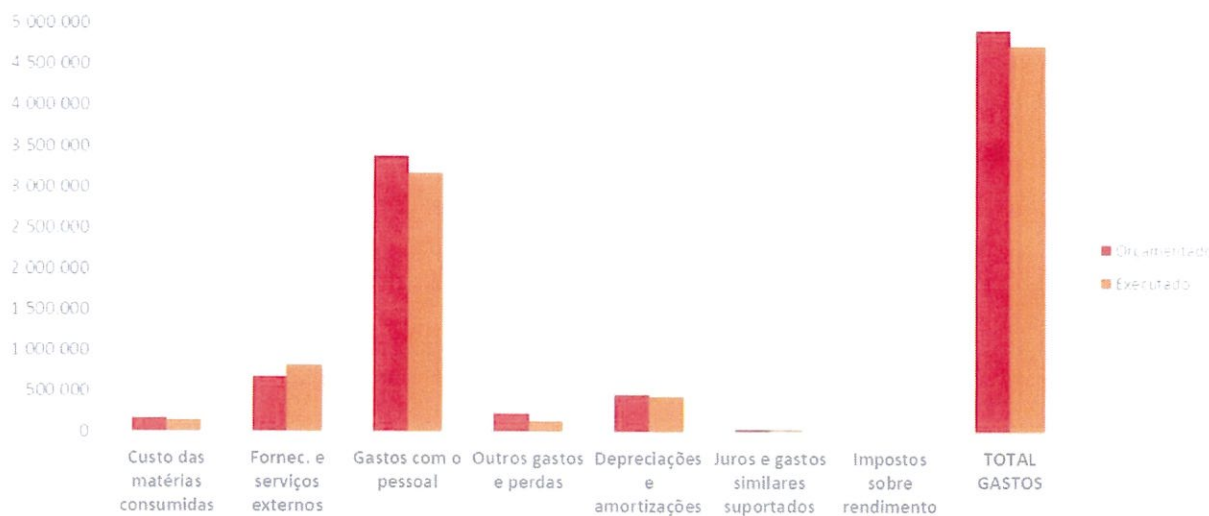


- | | |
|---|---------------------------------------|
| ■ Custo das matérias consumidas | ■ Fornecimentos e serviços externos |
| ■ Gastos com o pessoal | ■ Outros gastos e perdas |
| ■ Gastos/reversões de depreciações e amortizações | ■ Juros e gastos similares suportados |
| ■ Imposto sobre rendimento | |

Na comparação com o valor previsto no Orçamento de 2022, registou-se um desvio negativo de cerca de 4%, o que representa que os gastos totais registados em 2022 ficaram aquém dos gastos previstos no Orçamento de 2022. O valor do desvio total foi de -177.583,15€.

GASTOS 2022: COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO E O VALOR REAL		
Rubricas	Orçamento	Real
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	160 160,00	144 831,02
Fornecimentos e serviços externos	674 530,00	826 893,06
Gastos com o pessoal	3 372 720,00	3 181 801,26
Outros gastos e perdas	226 400,00	125 379,61
Depreciações e amortizações	453 420,00	429 899,13
Juros e gastos similares suportados	37 820,00	38 310,86
Impostos sobre rendimento	0,00	351,91
Total	4 925 050,00	4 747 466,85

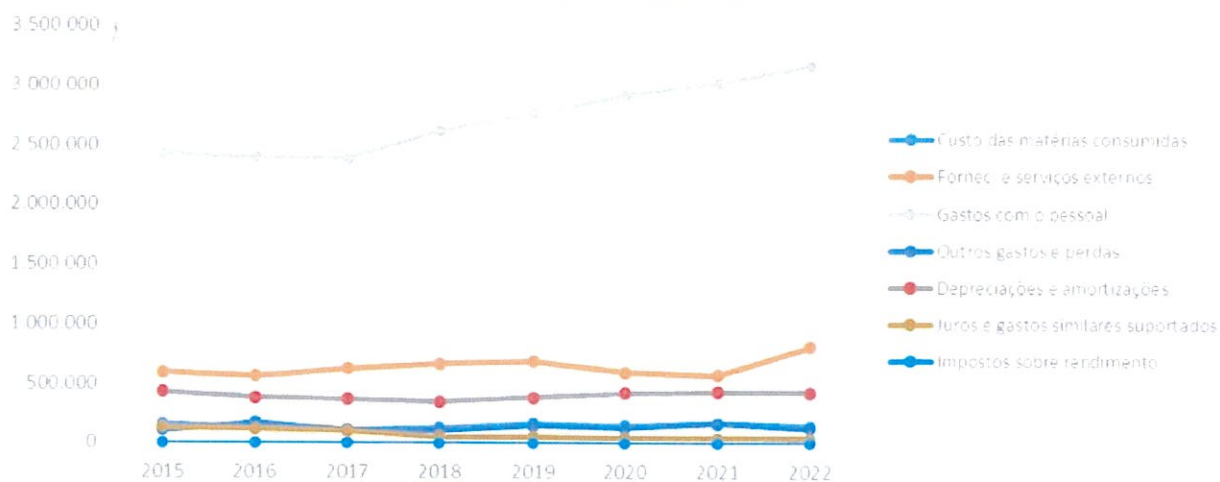
Orçamento vs Real



EVOLUÇÃO DOS GASTOS: 2015 - 2022								
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Custo matérias consumidas	163 095,07	127 351,57	110 746,34	131 670,96	169 940,99	151 191,72	172 483,69	144 831,02
Fornec. e serviços externos	596 276,19	563 773,86	625 271,64	664 556,68	689 006,88	594 978,43	572 743,45	826 893,06
Gastos com o pessoal	2 426 645,44	2 396 095,03	2 384 277,86	2 622 566,42	2 767 993,60	2 920 886,82	3 023 575,72	3 181 801,26
Outros gastos e perdas	104 862,25	175 359,42	116 274,33	100 712,62	147 144,95	127 982,75	163 889,90	125 379,61
Deprec. e amortizações	433 136,30	385 447,71	369 042,92	349 859,39	384 947,28	423 802,74	433 415,70	429 899,13
Juros suportados	134 089,06	120 740,38	101 183,66	55 177,79	53 169,84	43 361,73	41 664,30	38 310,86
Impostos s/ rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346,75	351,91
Total	3 862 956,04	3 883 164,42	3 721 887,32	3 939 847,38	4 212 203,54	4 262 204,19	4 408 119,51	4 747 466,85

[Handwritten signatures and initials]
AR

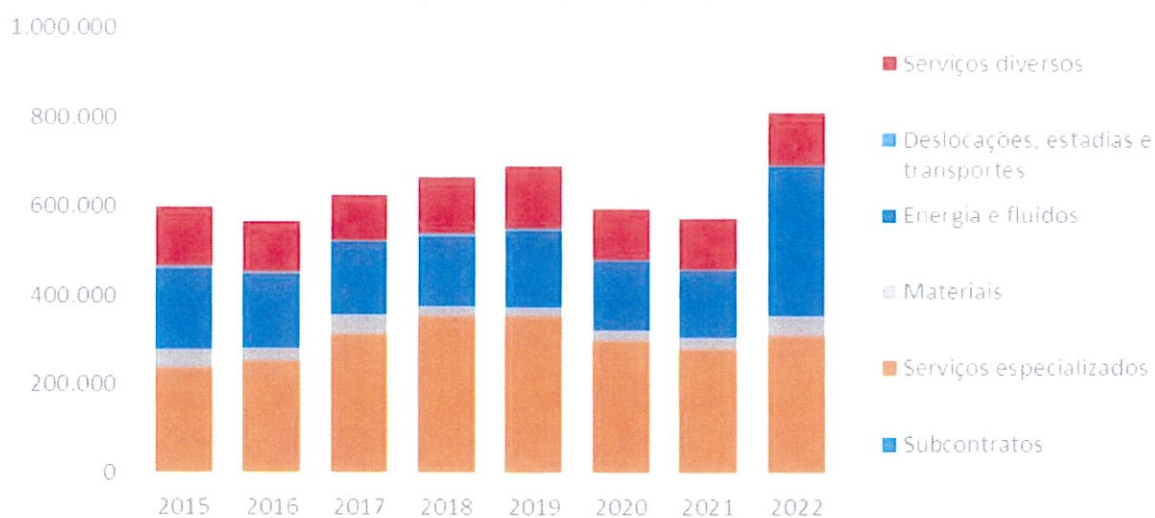
Evolução dos gastos



1.3.1. Fornecimentos e serviços externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS								
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Subcontratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492,06	715,00
Serv. especializados	234 996,28	251 938,98	310 804,24	353 501,97	352 072,06	299 067,54	277 712,40	308 339,94
Materiais	43 272,85	29 445,63	47 444,37	23 170,22	22 911,42	24 035,61	26 796,01	46 528,17
Energia e fluídos	181 159,30	167 056,11	161 729,94	156 629,40	170 060,03	154 866,25	151 787,50	333 577,69
Deslocações	8 097,79	4 413,25	4 428,81	6 704,28	5 447,02	1 756,61	2 739,38	4 649,82
Serviços diversos	128 749,97	110 919,89	100 864,28	124 550,81	138 516,35	115 252,42	113 216,10	133 082,44
TOTAL	596 276,19	563 773,86	625 271,64	664 556,68	689 006,88	594 978,43	572 743,45	826 893,06

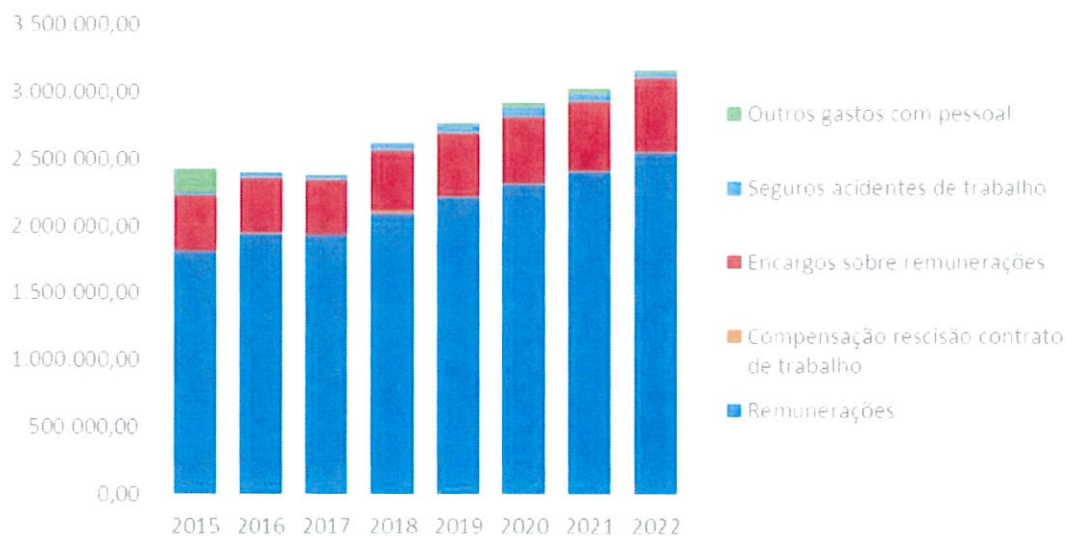
Serviços externos



1.3.2. Gastos com pessoal

GASTOS COM PESSOAL								
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Remunerações	1 807 227,65	1 940 895,48	1 931 399,74	2 088 661,74	2 213 840,49	2 315 122,87	2 409 187,02	2 548 467,90
Compensação rescisão	2 200,00	7 357,83	2 420,37	28 990,15	5 573,37	7 118,39	5 700,55	10 702,46
Encargos s/ remunerações	411 052,96	403 707,60	406 709,35	438 699,30	472 420,11	493 486,86	511 588,65	543 906,20
Seguros acidente trabalho	24 699,86	34 888,48	32 021,06	51 959,05	62 157,49	63 964,56	57 984,42	47 081,07
Outros gastos c/ pessoal	181 464,97	9 245,64	11 727,34	14 256,18	14 002,14	41 194,14	39 115,08	31 643,63
TOTAL	2 426 645,44	2 396 095,03	2 384 277,86	2 622 566,42	2 767 993,60	2 920 886,82	3 023 575,72	3 181 801,26

Gastos com pessoal



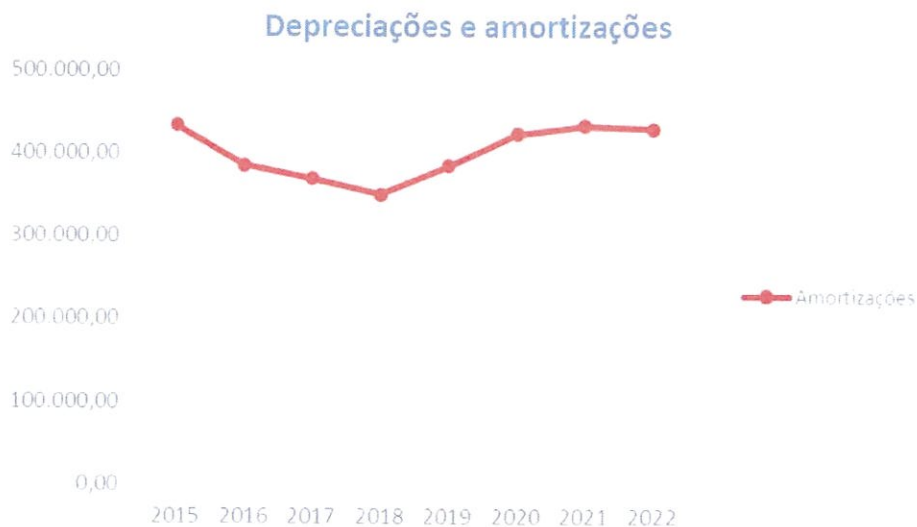
2022
AL

Prestação de contas



1.3.3. Depreciações e amortizações

DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES								
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Depreciações e amortizações	433 136,30	385 447,71	369 042,92	349 859,39	384 947,28	423 802,74	433 415,70	429 899,13

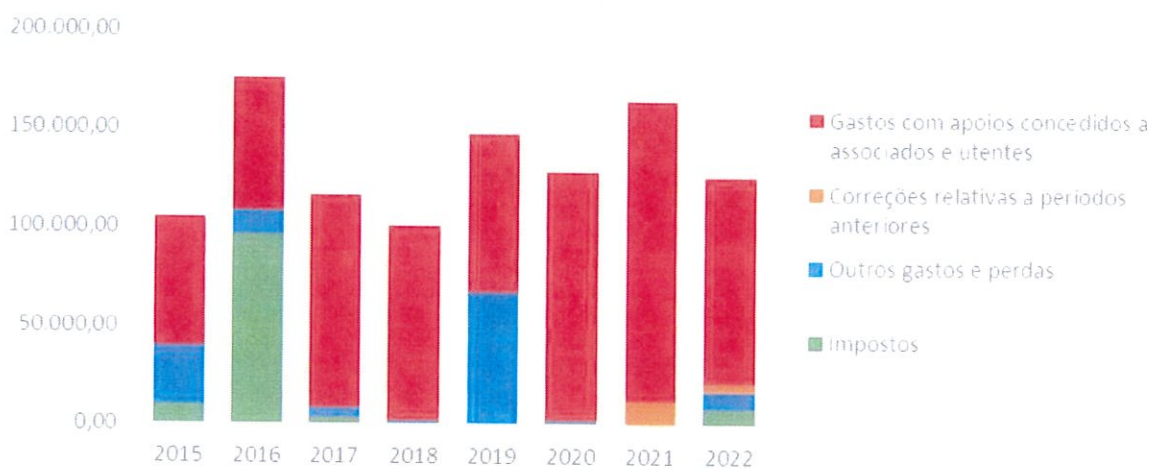




1.3.4. Outros gastos

OUTROS GASTOS								
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Impostos	10 397,15	96 416,96	3 630,77	698,92	0,00	1 073,78	199,58	8 599,99
Outros gastos e perdas	28 838,36	11 771,55	4 390,20	1 151,45	66 789,79	1 539,35	596,00	8 190,48
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 278,12	4 042,97
Gastos com apoios a associados e utentes	65 626,74	67 170,91	108 253,29	98 862,25	80 355,16	125 369,62	151 816,20	104 546,17
TOTAL	104 862,25	175 359,42	116 274,26	100 712,62	147 144,95	127 982,75	163 889,90	125 379,61

Outros gastos



4
AL

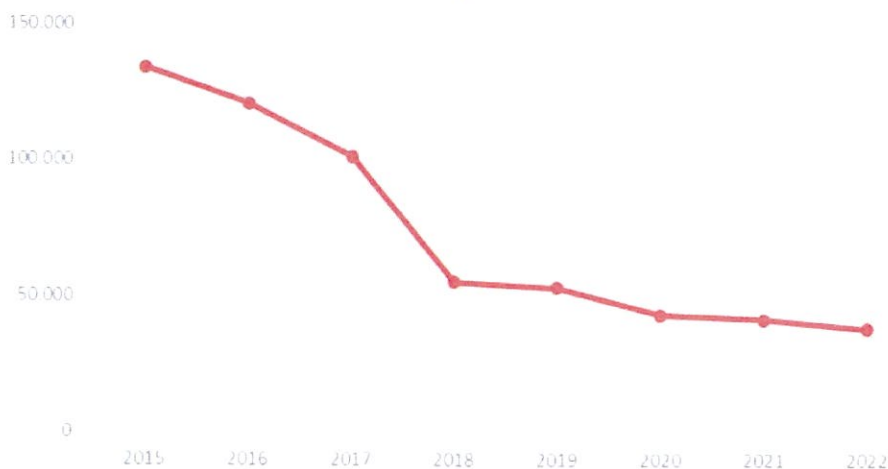
2022 | Prestação de contas



1.3.5. Gastos com financiamento

GASTOS COM FINANCIAMENTO								
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Juros suportados	134 089,06	120 740,38	101 183,66	55 177,79	53 169,84	43 361,73	41 664,30	38 310,86

Juros suportados

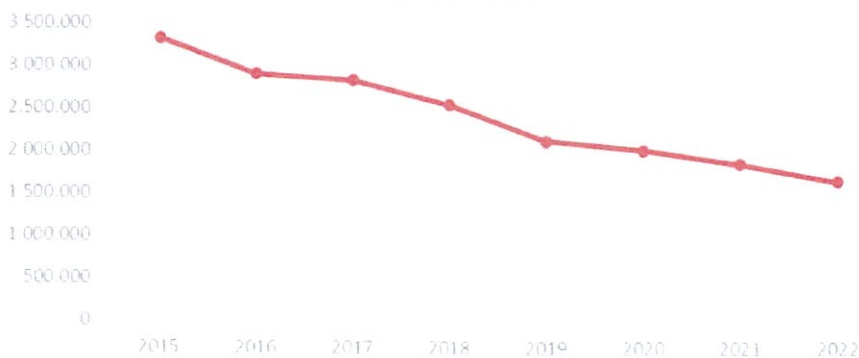


1.4. Financiamento

Durante parte do ano de 2022, as rendas dos empréstimos bancários contraídos pela APCL no Novo Banco, Banco Montepio e BPI foram pagos na íntegra (amortização de capital + juros).

FINANCIAMENTO								
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Financiamento bancário	3 315 285,93	2 892 881,74	2 821 868,34	2 536 006,25	2 116 252,16	2 006 084,42	1 845 941,43	1 645 842,55

Financiamento



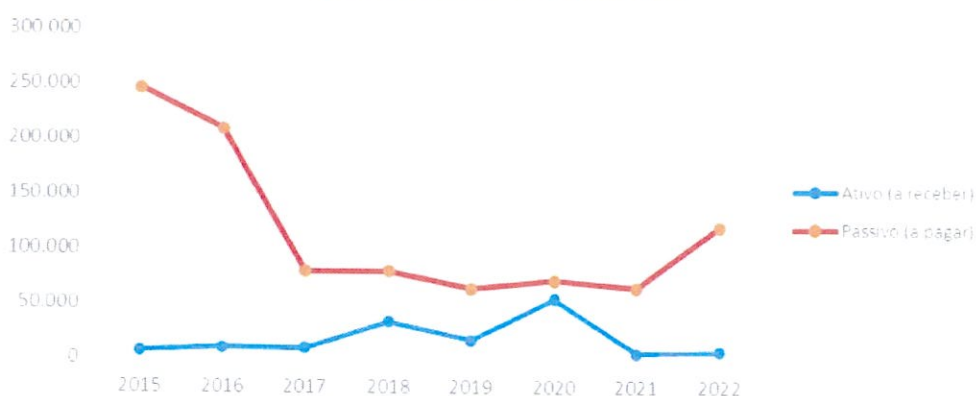
1.5. Estado

Não existem dívidas a pagar ao Estado (Autoridade Tributária e Segurança Social), em mora.

Os valores a pagar registados em dezembro de 2022 referem-se às contribuições para a Segurança Social por parte do trabalhador e às retenções em IRS. Estes valores foram pagos integralmente em janeiro de 2023.

OUTROS GASTOS								
Estado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ativo (a receber)	6 796,77	10 039,68	9 465,13	33 599,48	16 478,97	54 805,34	4 918,14	6 433,58
Passivo (a pagar)	246 488,96	208 548,83	79 381,41	79 423,37	63 559,63	71 508,77	65 108,37	120 542,35

Estado e outros Entes Públicos



1.6. Análise dos rácios de desempenho

1.6.1. Indicadores sobre a estrutura financeira

A **autonomia financeira** representa a percentagem do ativo da entidade que é financiado pelos capitais próprios. A **solvabilidade** representa a capacidade da entidade fazer face aos seus compromissos financeiros, através da relação entre os capitais próprios e os capitais alheios da entidade.

ESTRUTURA FINANCEIRA								
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Autonomia financeira (capital próprio/ativo)*100	73,5%	73,4%	74,4%	76,2%	75,6%	76,3%	81,8%	80,5%
Solvabilidade (capital próprio/passivo)*100	276,9%	276,6%	290,7%	310,8%	309,4%	321,9%	449,8%	411,9%

1.6.2. Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez revelam que recursos a entidade tem disponíveis para fazer face às suas obrigações com terceiros.

O indicador de **liquidez geral** representa a capacidade que a entidade tem para cumprir os seus compromissos a curto prazo (12 meses).

O indicador de **liquidez imediata** indica a capacidade que a entidade tem em pagar as dívidas, num cenário em que deixava imediatamente de ter receitas.

Em ambos os casos, fica claro que a APCL é altamente dependente das transferências dos subsídios mensais, em especial por parte do Instituto da Segurança Social.

LIQUIDEZ								
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente)*100	21,2%	34,2%	67,1%	51,7%	61,1%	48,2%	40,1%	47,1%
Liquidez imediata (caixa e depósitos bancários/passivo corrente)*100	4,9%	3,6%	9,6%	6,7%	5,9%	7,0%	15,0%	19,1%

1.6.3. Indicadores de endividamento

O indicador do **custo dos financiamentos obtidos** resulta da relação entre o valor dos juros suportados com os financiamentos obtidos.

ENDIVIDAMENTO								
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Custo financiamentos obtidos (juros suportados/financiamentos obtidos)*100	4,0%	4,2%	3,6%	2,2%	2,5%	2,2%	2,3%	2,3%

1.6.4. Ponto crítico e margem de segurança

O indicador do **ponto crítico** corresponde ao nível de atividade (ou seja, o total de rendimentos) que a entidade deve garantir para conseguir manter em funcionamento a sua estrutura, ou seja, em que o resultado operacional é igual a zero.

A **margem de segurança** compara o nível de rendimentos total com o ponto crítico, permitindo aferir o intervalo de segurança existente.

PONTO CRÍTICO E MARGEM DE SEGURANÇA								
Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ponto crítico <i>((gastos fixos) / (1 - (gastos variáveis / volume de negócios)))</i>	3 261 779,55	3 301 101,20	3 124 535,20	3 513 409,95	3 750 656,29	3 774 510,36	3 906 543,78	4 276 101,89
Margem de segurança <i>(volume de negócios atual / ponto crítico) - 1</i>	14%	13%	18%	09%	8%	8%	8%	1%

2022

Prestação de contas



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials: AP, M, R, AL

Balanço

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA NIPC: 506610624

Balanço Individual a 31 de dezembro de :

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)	
		2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	13 789 825,53	14 212 588,47
Activos intangíveis	6	0,00	3 416,23
Investimentos financeiros	17.1	28 006,74	36 635,21
		13 817 832,27	14 252 639,91
Activo corrente			
Inventários	9	3 294,46	2 324,42
Creditos a receber	17.3	195 854,54	110 384,05
Estado e outros entes públicos	17.10	6 433,58	4 918,14
Outros ativos correntes	17.4	207 702,26	149 180,46
Diferimentos	17.5	17 354,54	32 117,09
Caixa e depósitos bancários	17.7	294 375,09	179 292,01
		725 014,47	478 216,17
Total do ACTIVO		14 542 846,74	14 730 856,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.8	575 579,75	575 579,75
Resultados transitados	17.8	(1 465 736,64)	(1 454 005,09)
Excedentes de revalorização	17.8	11 185 393,08	11 185 393,08
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	17.8	1 653 770,79	1 756 162,42
Resultado líquido do período	17.8	(247 126,72)	(11 731,55)
Total dos Fundos Patrimoniais		11 701 880,26	12 051 398,61
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7, 8	1 300 397,64	1 487 379,10
		1 300 397,64	1 487 379,10
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	99 290,55	65 403,72
Estado e outros entes públicos	17.10	120 889,10	65 108,37
Financiamentos obtidos	8	345 444,91	358 562,33
Outros passivos correntes	17.11	636 742,04	586 360,33
Diferimentos	17.5	338 202,24	116 643,62
		1 540 568,84	1 192 078,37
Total do Passivo		2 840 966,48	2 679 457,47
Total do dos Fundos Patrimoniais e Passivo e do Passivo		14 542 846,74	14 730 856,08

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

115320172

29331

Handwritten signature of António Jaime Batista Domingos

2022

Prestitação de contas



Demonstração de resultados

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração dos resultados por naturezas no período findo em 31 de dezembro de:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade monetária (1)	
		Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	+ 10	926 510,15	857 485,43
Subsídios doações e legados à exploração	+ 12	3 394 415,30	3 378 342,80
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 9	(144 831,02)	(172 483,69)
Fornecimentos e serviços externos	- 17.13	(826 893,06)	(572 743,45)
Gastos com pessoal	- 15	(3 181 801,26)	(3 023 575,72)
Outros rendimentos	+ 17.14	179 414,68	160 502,81
Outros gastos	- 17.15	(125 379,61)	(163 889,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	221 435,18	463 638,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 5,6	(429 899,13)	(433 415,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(208 463,95)	30 222,58
Juros obtidos	+ 17.16	0,00	56,92
Juros e gastos similares suportados	- 17.16	(38 310,86)	(41 664,30)
Resultado antes de impostos	=	(246 774,81)	(11 384,80)
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(351,91)	(346,75)
Resultado líquido do período	=	(247 126,72)	(11 731,55)

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime e Batista Domingos

115320172

29331

Handwritten signatures and initials: AP, AR, and others.

Demonstração de Fluxos de Caixa

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em:

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária (1)	
		Períodos 2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	+	896 760,09	844 316,47
Pagamentos a fornecedores	-	(810 847,55)	(735 992,14)
Pagamentos ao pessoal	-	(2 137 421,70)	(2 045 812,56)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(2 051 509,16)	(1 937 488,23)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	2 490 814,62	2 042 523,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	439 305,46	105 035,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(3 040,40)	(26 329,95)
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		(21 152,62)
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	(3 040,40)	(47 482,57)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realizações de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	64 685,03	130 227,36
Outras operações de Financiamento	+		56,92
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(345 090,56)	(160 142,99)
Juros e gastos similares	-	(40 776,45)	(41 664,30)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	(321 181,98)	(71 523,01)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	115 083,08	(13 969,84)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/- 17.7	179 292,01	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/- 17.7	294 375,09	179 292,01

(1) - O Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos

115320172

29331

Handwritten signature of António Jaime Batista Domingos.



2022 | Prestação de contas



Demonstração individual das alterações dos Fundos Patrimoniais

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022							Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2022	1	575 579,75	(1 454 005,09)	11 185 393,08	1 756 162,42	(11 731,55)	12 051 398,61
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(102 391,63)		(102 391,63)
Outras						0,00	0,00
	2		0,00	0,00	(102 391,63)	0,00	(102 391,63)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(247 126,72)	(247 126,72)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					(247 126,72)	(349 518,35)
Outras operações							
Outras operações	5						
Aplicação resultados 2021			(11 731,55)			11 731,55	0,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2022	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 465 736,64)	11 185 393,08	1 653 770,79	(247 126,72)	11 701 880,26

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021							Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2021	1	575 579,75	(1 410 833,95)	11 185 393,08	1 858 554,05	(32 947,04)	12 175 745,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							
Resultados transitados de 2012 (sentença CAAD)			16 686,54				16 686,54
Regularização de IVA 2018			(26 910,64)				(26 910,64)
Outras					(102 391,63)		(102 391,63)
	2		(10 224,10)	0,00	(102 391,63)	0,00	(112 615,73)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(11 731,55)	(11 731,55)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					(11 731,55)	(124 347,28)
Outras operações							
Outras operações	5						0,00
Aplicação resultados 2020			(32 947,04)			32 947,04	0,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2021	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 454 005,09)	11 185 393,08	1 756 162,42	(11 731,55)	12 051 398,61

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

115320172

29331

António Jaime Batista Domingos

2022 | Prestação de contas

Anexos e Notas explicativas



Several handwritten signatures in blue ink are present in the top right corner of the page, overlapping the Assurance logo.

2022

Prestação de contas

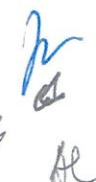


AL

Índice

Nota

1	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
3.1	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
3.2	ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS
3.3	CORREÇÕES DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES
4	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:
5	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
6	ATIVOS INTANGÍVEIS
7	LOCAÇÕES
8	CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
9	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS
10	RÉDITO
11	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES
12	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO
13	EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO
14	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
15	GASTOS COM O PESSOAL
16	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
17	OUTRAS INFORMAÇÕES
17.1	INVESTIMENTOS FINANCEIROS
17.2	FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS
17.3	CREDITOS A RECEBER
17.4	OUTROS ATIVOS CORRENTES
17.5	DIFERIMENTOS
17.6	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS
17.7	CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS
17.8	FUNDOS PATRIMONIAIS
17.9	FORNECEDORES
17.10	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS
17.11	OUTROS PASSIVOS CORRENTES
17.12	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS
17.13	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
17.14	OUTROS RENDIMENTOS
17.15	OUTROS GASTOS
17.16	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS
17.17	ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO



1 Identificação da Entidade

1.1 - Denominação da Entidade: "Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL"

1.2 - Sede: Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa

1.3 - Número de identificação de pessoa coletiva: 506610624

1.4 - Natureza da atividade: Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa – adiante designada de APCL é uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública a 30 de outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º 299 de 23 de dezembro de 2004, Série III. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projetos de vida e o pleno exercício da cidadania.

1.5 - Unidade monetária: Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;

Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015 de 29 de julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3 BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir, consideravelmente, o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

O relato dos ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, de acordo com os critérios que têm vindo a ser adotados nos últimos exercícios.

Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas não foram afetadas no presente exercício.

[Handwritten signatures and initials]

3.1.1 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Ordem, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.1.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso, e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

AR

3.1.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

3.1.4 - Provisões, ativos e passivos contingentes

Periodicamente, a APCL analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação.

Assim, a APCL reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, é o montante que a APCL reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.5 - Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Ordem, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

3.1.6 Inventários

As mercadorias encontram-se reconhecidas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que, o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

3.1.7 - Rendimentos e gastos

O **rédito** - é proveniente da venda de bens, prestação de serviços e uso de outros ativos da entidade que produzem juros ou dividendos. O **rédito** é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O **rédito** reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O **rédito** proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do **rédito** pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O **rédito** proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do **rédito** pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Quando os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos, durante um período específico, o **rédito** é reconhecido numa base de linha reta durante esse período. O **rédito** de juros é reconhecido utilizando o método do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O **rédito** é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber. O **rédito** proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do **rédito** pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; e
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O **rédito** proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O **rédito** proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do **rédito** pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O **rédito** de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Subsídios e outros apoios - Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.1.8 - Imposto sobre o rendimento

A APCL é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é efetuado pelo método do imposto a pagar. Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal. Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser reconhecidas como um gasto a afetar os resultados do período.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Essa isenção apenas abrange os rendimentos derivados do exercício das atividades estatutárias, ficando excluídas da isenção os rendimentos de natureza comercial, industrial ou agrícola, ainda que obtidos em ligação com a atividade associativa prosseguida

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da APCL dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.9 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável líquido à data do relato.

Clientes e outras contas a receber

As dívidas dos “Clientes” e “Outros créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a dois anos.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

3.1.10 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pelo conselho diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

As contribuições da Instituição para planos de benefícios são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Instituição. São reconhecidas como um passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de um benefício no futuro. Os benefícios dos empregados aqui incluídos são, salários, contribuições para a regimes de proteção social, outros não monetários (cuidados médicos), bem como os benefícios por cessação de emprego. Os benefícios dos empregados são liquidados por pagamentos, efetuados diretamente aos mesmos. São aqui incluídos empregados que prestam serviço a tempo completo, a tempo parcial ou temporários

3.1.11. – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da APCL.

3.1.12 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.



Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Imparidade de contas a receber:

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, conforme relatado nas notas 3.1.5 e 3.1.9). As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço “adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.1.13. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2 – Alterações de estimativas contabilísticas

Não se verificaram alterações nas estimativas contabilísticas dos últimos dois anos.

3.3 – Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
NIPC: 506610624

	Unidade monetária (1)		2022							Totais
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
		Terrenos	Edifícios							
Activos										
Saldo Inicial	3 425 021,03	14 397 306,87	752 942,80	265 994,59	147 488,54	5 598,00	58 570,89	0,00	19 062 922,72	
Aquisições			2 826,60		129,15		1 829,64		4 785,39	
Transferências									0,00	
Alienações									0,00	
Outras Variações									0,00	
Saldo final	3 425 021,03	14 397 306,87	755 769,40	265 994,59	147 617,69	5 598,00	60 400,53	0,00	19 067 708,11	
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial	0,00	3 773 058,80	692 968,88	191 713,95	145 015,45	4 909,00	32 668,17	0,00	4 840 334,26	
Depreciações do exercício		366 902,75	17 864,74	35 543,19	2 354,45	344,50	3 473,27		426 482,90	
Alienações									0,00	
Outras variações				1 065,43					1 065,43	
Alienações									0,00	
Saldo final	0,00	4 139 961,55	710 833,62	228 322,57	147 369,90	5 253,50	36 141,44	0,00	5 267 882,58	
Activo Líquido (1) - Euro	0,00	3 425 021,03	10 267 345,32	44 935,78	37 672,02	247,79	344,60	24 259,09	0,00	13 789 825,53

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
NIPC: 506610624

	Unidade monetária (1)		2021							Totais
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
		Terrenos	Edifícios							
Activos										
Saldo Inicial	3 425 021,03	14 397 306,87	731 425,24	241 821,07	142 676,15	5 598,00	58 570,89	0,00	19 002 419,25	
Aquisições			21 517,56		4 812,39				26 329,95	
Transferências									0,00	
Alienações									0,00	
Outras Variações				24 173,52					24 173,52	
Saldo final	3 425 021,03	14 397 306,87	752 942,80	265 994,59	147 488,54	5 598,00	58 570,89	0,00	19 062 922,72	
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial	0,00	3 406 156,05	674 831,37	147 997,52	142 549,78	4 189,50	29 604,78	0,00	4 405 629,00	
Depreciações do exercício		366 902,75	18 137,51	37 673,05	2 465,67	719,50	2 863,39		428 761,87	
Alienações									0,00	
Outras variações				6 043,38					6 043,38	
Alienações									0,00	
Saldo final	0,00	3 773 058,80	692 968,88	191 713,95	145 015,45	4 909,00	32 668,17	0,00	4 840 334,26	
Activo Líquido (1) - Euro	0,00	3 425 021,03	10 624 248,07	59 973,92	74 280,64	2 473,09	689,00	25 902,72	0,00	14 212 588,47

6 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)	2022				Totais
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	
Activos					
Saldo Inicial	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial	0,00	29 296,11	0,00	0,00	29 296,11
Depreciações do exercício		3 416,23			3 416,23
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Activo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)	2021				Totais
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	
Activos					
Saldo Inicial	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial	0,00	24 642,28	0,00	0,00	24 642,28
Depreciações do exercício		4 653,83			4 653,83
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final	0,00	29 296,11	0,00	0,00	29 296,11
Activo Líquido	0,00	3 416,23	0,00	0,00	3 416,23

(1) - Euro

7 Locações

Em 31 de dezembro de 2022 o valor em dívida de locações financeiras é a seguinte:

	Locações		2021	
	2022 Corrente	2022 Não corrente	Corrente	Não corrente
PCI Bank - kangoo Maxi	0,00 €	7 669,73 €	0,00 €	7 669,73 €
Totais	0,00 €	7 669,73 €	0,00 €	0,00 €

A última prestação do Mapa de Amortização /Plano de Pagamentos ocorrerá a 11/02/2024.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A 31 de dezembro de 2022 o plano de reembolso dos empréstimos, perspetivado para o ano de 2023 ascende a 345.44,91 euros, conforme quadro seguinte:

	Financiamentos obtidos		2021	
	2022 Corrente	2022 Não corrente	Corrente	Não corrente
Financiamento Novo Banco nº 077027116	163 093,39 €	390 838,57 €	160 666,18 €	553 286,36 €
Financiamento M. G. nº 00361002249	68 529,34 €	23 316,25 €	67 061,24 €	91 697,47 €
Empréstimo BPI nº 5447868830001	113 822,18 €	728 573,09 €	113 156,86 €	842 395,27 €
Empréstimo BPI livrança	0,00 €	150 000,00 €	0,00 €	0,00 €
Total - saldo conta 2513			12 678,05 €	0,00 €
Financiamentos BPI Confirming			5 000,00 €	0,00 €
Total -saldo conta 258			0,00 €	0,00 €
Totais	345 444,91 €	1 292 727,91 €	358 562,33 €	1 487 379,10 €

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" apresentava os seguintes valores:

CMVMC	2022	2021
Existências iniciais	2 324,42	3 075,04
Compras	145 801,06	171 733,07
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	3 294,46	2 324,42
Custo do exercício	144 831,02	172 483,69

[Handwritten signatures and initials]

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Vendas	2022	2021
Prestação de Serviços	921 854,26	848 676,62
Quotas e Jóias	2 532,00	2 670,00
Serviços secundários/Refeitório	2 123,89	6 138,81
TOTAL	926 510,15	857 485,43

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Não existem factos que justifiquem a constituição de provisões em 2022.

Passivos contingentes

Nos passivos contingentes no exercício de 2016 foi reconhecido na rubrica “outros passivos correntes” o valor de 84.395,01 euros liquidado pela Autoridade Tributária (AT) relativo ao IMI do CRPCCG. Desde a apresentação das contas de 2018, foi alterada a denominação da rubrica do balanço para “Outras contas a pagar” resultante da aplicação da portaria 220 de 2015 aplicado pela primeira vez ao balanço de 2018. Os prédios destinados diretamente à realização dos fins da Instituição Particular de Solidariedade Social, estão isentos do pagamento deste imposto. A APCL diligenciou os procedimentos ao dispor, nomeadamente reclamação graciosa apresentada à AT e recurso hierárquico sendo os mesmos indeferidos. A Direção da APCL mantém a convicção que este processo terá um desfecho favorável à instituição e como tal recorreu em 2020 à via judicial (arbitragem).

Relativamente à liquidação de IMI referente ao ano de 2012, a decisão do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) reconheceu a ilegalidade dos atos impugnados, determinando a anulação dessa liquidação, no valor de 16.686,54 euros. Relativamente à liquidação de IMI referente ao ano de 2013, a decisão do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) confirmou essa liquidação no valor de 6.875,39 euros, tendo a APCL procedido ao pagamento do respetivo imposto. Em suma, o valor que por razões de prudência, foi reconhecido no balanço em 2016 na rubrica de “outras contas a pagar” especificamente na conta da contabilidade 2722603– IMI (84.395,01 euros) foi reduzido, recorrendo à interpretação da NCRF 4 “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros” sendo em contrapartida, movimentada a conta de resultados transitados de 2012 com o benefício (crédito) de 23.561,93 euros.

Ativos contingentes

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, atual APCL, foi contemplada no testamento da Sr.ª Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº 49 em Elvas. Em ata de reunião, onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00 euros. No entanto, o testamenteiro recusou essa qualidade por ato notarial de 20 de outubro de 2005, o que significa que cabia aos herdeiros (uma irmã), executar o legado. Em 2019 foi confirmado que a irmã da Sr.ª Eglantina já faleceu e que a única parente viva é a sobrinha. A situação manteve-se inalterada no decurso do exercício de 2021.

12 Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Subsídios doações e legados à exploração	2022	2021
Subsídios à exploração	3 329 730,27	3 248 115,44
ISS,IP - Centro Distrital	2 958 528,57	2 749 002,34
IEFP	290 428,72	280 536,59
Autarquias	45 884,81	139 926,40
INR	5 712,78	14 849,52
IEFP-Reforço Emergência de Equip Sociais e Saúde	8 182,07	57 802,19
IAPMEI - Apoio RMMG	8 008,00	1 014,00
PCAND e Outras entidades	12 985,32	4 984,40
Doações e Heranças	64 685,03	130 227,36
Total	3 394 415,30	3 378 342,80

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2021 e 31/12/2022, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A APCL em 2022 realizou operações lucrativas relacionadas com o fornecimento de refeições para outras instituições. Esse facto originou a tributação em IRC que consta no quadro 17.10, no valor estimado de 351,91 euros.

15 Gastos com Pessoal

Ao serviço da APCL esteve em 2022 o número médio de 216 pessoas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2022	2021
Remunerações do pessoal	2 548 467,90	2 409 187,02
Compensação rescisão contrato de trabalho	10 702,46	5 700,55
Encargos com remunerações	543 906,20	511 588,65
Seguros de acidentes de trabalho	47 081,07	57 984,42
Outros gastos com pessoal	31 643,63	39 115,08
Total	3 181 801,26	3 023 575,72

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

Handwritten signatures and initials: AP, AC, and a large signature.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas ainda as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	2022	2021
Fundo de reestruturação Sector Solidário	5 630,06	5 630,06
Fundo Compensação trabalho	22 376,68	31 005,15
Total	28 006,74	36 635,21

O montante 5.630,06 euro refere-se a retenções efetuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Creditos a receber	2022	2021
Utentes valor Bruto	205 916,26	120 445,77
Utente cobrança duvidosa	21 646,82	21 646,82
Utentes perdas por imparidade	-31 708,54	-31 708,54
Utentes - Valor liquido	195 854,54	110 384,05

As rubricas de “Utente cobrança duvidosa” e “Utentes perda por imparidade” foram constituídas em períodos anteriores a 2017 e os valores respetivos serão reavaliados no exercício de 2023. O processo de conferência de contas está concluído.

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2022			2021		
	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido
Pessoal adiantamentos	27 824,68		27 824,68	0,00		0,00
Devedores p/ crescimento de rendimentos	13 184,73		13 184,73	13 184,73		13 184,73
Associados / Quotas	22 567,47		22 567,47	23 540,11		23 540,11
Outros devedores	1 415,91		1 415,91	6 877,14		6 877,14
Projectos/subsidios	135 796,85		135 796,85	100 172,38		100 172,38
Outros devedores e credores	3 958,42		3 958,42			
Fornecedores c/c	2 954,20		2 954,20	13 527,94	8 121,84	5 406,10
Utentes - Valor liquido	207 702,26	0,00	207 702,26	157 302,30	8 121,84	149 180,46

Handwritten initials: AL, R, A

2022 | Prestação de contas



Em 2022 não se verificou a necessidade de alterar o valor das perdas por imparidades relativamente a fornecedores, mantendo-se o valor de 8.121,84 euros de 2021.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2022	2021
ACTIVO		
Gastos a reconhecer	17 354,54	32 117,09
Rendas e alugueres	1 371,46	1 316,92
Vigilância e segurança	326,34	326,34
Conservação e reparação de equipamentos	1 335,56	667,78
Seguros	14 225,18	29 710,05
Quotizações	96,00	96,00
PASSIVO		
Rendimentos a reconhecer	338 202,24	116 643,62
Camara Municipal de Lisboa	52 889,84	46 016,59
IEFP Projetos e programas	78 807,01	70 627,03
Camara Municipal Oeira	4 100,00	0,00
Fundação "La Caixa"	11 471,24	0,00
Comparticipações S.Social	190 934,15	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários	2022	2021
Caixa	2 043,48	2 129,85
Depositos à ordem	287 680,93	172 011,48
Depositos a prazo	4 650,68	5 150,68
Total	294 375,09	179 292,01

Handwritten signatures and initials: A, R, AL

17.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

No período de 2022 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais. Na contabilidade de 2022 mantiveram-se segregados os saldos correspondentes aos “Resultados transitados” e “Excedentes de revalorização”.

Fundos Patrimoniais	2022				
	Saldo Inicial	Aplicação resultados liquidados	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 454 005,09	-11 731,55		-11 731,55	-1 465 736,64
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 756 162,42			-102 391,63	1 653 770,79
Resultado líquido do período	-11 731,55	11 731,55		-247 126,72	-247 126,72
Totais	12 051 398,61	0,00	0,00	-361 249,90	11 701 880,26

Fundos Patrimoniais	2021				
	Saldo Inicial	Aplicação resultados liquidados	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 410 833,95	-32 947,04	16 686,54	-26 910,64	-1 454 005,09
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 858 554,05			-102 391,63	1 756 162,42
Resultado líquido do período	-32 947,04	32 947,04		-11 731,55	-11 731,55
Totais	12 175 745,89	0,00	16 686,54	-141 033,82	12 051 398,61

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 2022 e 2021 são os seguintes:

Fornecedores	2022	2021
Fornecedores c/c	99 290,55	65 403,72
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Total	99 290,55	65 403,72

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros entes Publicos	2022	2021
ACTIVO		
Imposto s/ Rendimentos - retenções	304,69	275,86
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	62,83	62,83
Imposto Valor Acrescentado (IVA)	6 066,06	4 579,45
TOTAL	6 433,58	4 918,14
PASSIVO		
Imposto s/ Rendimentos - a pagar	523,65	40,84
Imposto s/ Rendimentos - estimado	351,91	346,75
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	24 964,33	17 541,80
Segurança Social	90 167,69	44 002,13
Outros impostos e taxas	4 881,52	3 176,85
TOTAL	120 889,10	65 108,37

17.11 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	2022	2021
Pessoal	7 410,49	0,00
Clientes c/c saldo credor	11 503,99	12 237,16
Credores por acréscimos	197 940,21	186 472,26
Estimativa de férias e subsídio de férias	365 545,95	365 785,71
Outros credores	54 341,40	21 865,20
Total	636 742,04	586 360,33

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Subcontratos	715,00	492,06
Serviços especializados	308 339,94	277 712,40
Materiais	46 528,17	26 796,01
Energia e fluidos	333 577,69	151 787,50
Deslocações, estadas e transportes	4 649,82	2 739,38
Serviços diversos	133 082,44	113 216,10
Total	826 893,06	572 743,45

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” desdobra-se da seguinte forma:

Outros rendimentos	2022	2021
Rendimentos suplementares	67 165,29	57 326,54
Ganhos em inventários	22,75	0,00
Rendimentos e ganhos em invest. n/ financeiros	5 000,00	0,00
Outros rendimentos	107 226,64	103 176,27
Total	179 414,68	160 502,81

17.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

17.16 Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados financeiros	2022	2021
Gastos		
Juros de financiamento	36 855,67	41 177,77
Juros de mora e compensatórios	1 138,27	0,00
Outros juros (locações financeiras)	316,92	486,53
Juros e gastos similares suportados TOTAL	38 310,86	41 664,30
Rendimentos		
Juros obtidos	0,00	56,92
Juros e rendimentos similares obtidos TOTAL	0,00	56,92
Resultados financeiros	-38 310,86	-41 607,38

2022 | Prestação de contas



17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não aplicável.

Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral a realizar em maio de 2023.

Lisboa, 19 maio de 2023

A Direção
André Fernandes Coelho
[Signature]

O Contabilista Certificado

115320172

29331

[Signature]

Mera da A. Gen
Presidente
[Signature]



Jaz
AL
R

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa encerrou as contas relativas ao exercício de 2022 com um Resultado Líquido negativo no valor de **247.126,72 euros**.

A Direção propõe à Assembleia Geral que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta "Resultados Transitados"